

PRESIDÊNCIA

A Excelentíssima Senhora Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. RESOLVE:

PORTARIA Nº1882/2014-GP. Belém, 02 de julho de 2014.

CONSIDERANDO os expedientes protocolizados neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2014/03881 e PA-REQ-2014/06773; DESIGNAR o servidor JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA, matrícula nº 96105, para responder pela Secretaria das Câmaras Cíveis Reunidas deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias do titular, Sr. Luís Cláudio Serra de Faria, matrícula nº 12130, no período de 07/07/2014 a 05/08/2014. *República por retificação

PORTARIA Nº1998/2014-GP. Belém, 02 de julho de 2014.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2014/08180;

DESIGNAR a servidora LILIAM ALVES BRASIL, matrícula nº 58718, para responder pela chefia da Seção de Avaliação de Frequência de Servidores deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante o impedimento do titular, Sr. Luis Gustavo da Silva Gabriel, matrícula nº 65293, no período de 16/06/2014 a 13/07/2014. *República por retificação

PORTARIA Nº2031/2014-GP. Belém, 30 de junho de 2014.

CONSIDERANDO os termos da portaria 1973/2014, que trata da relotação/lotação dos Juizes Substitutos nas regiões judiciárias;

Art. 1º Cessar os efeitos da portaria 1776/2014, que designou o Juiz de Direito Substituto Marcelo Soares Gomes, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Comarca de Portel, a contar de 01 de julho do ano de 2014;

Art. 2º Designar o Juiz de Direito Substituto Marcelo Soares Gomes, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 3ª Vara de Itaituba, no período de 01 de julho a 01 de setembro do ano de 2014. * República por retificação

PORTARIA Nº2067/2014-GP. Belém, 26 de junho de 2014.

CONSIDERANDO o disposto no art. 49 da Resolução nº 171/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

CONSIDERANDO o expediente encaminhado sob o nº PA-MEM-2014/05738 pela Secretaria de Controle Interno;

Art. 1º **Aprovar o Plano Anual de Fiscalização em Obras e Serviços de Engenharia - 2014, cujo inteiro teor segue anexo.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

1. Introdução

Considerando as crescentes inovações e aprimoramentos na área de controle interno e a necessidade de implantação de métodos e critérios adequados à boa atuação dos órgãos de controle do Poder Judiciário Brasileiro, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 171/2013-CNJ, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização das unidades jurisdicionais. O citado normativo estabelece, ainda, conceitos relevantes, define limites e direciona de maneira segura a atuação desses órgãos de controle.

A citada resolução traz, especificamente, em seu art. 49, que trata dos procedimentos de fiscalização, a necessidade de elaboração do Plano Anual de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia pela Secretaria de Controle Interno e submetido à Presidência para apreciação no prazo máximo de 15 dias, acompanhado da Matriz de planejamento, documento que contempla os procedimentos de verificação e averiguações preventivas.

2. Fundamento Legal

Resolução nº 171/2013 - Conselho Nacional de Justiça.

3. Objetivo e escopo da Fiscalização

O presente plano de fiscalização elaborado pela Secretaria de Controle Interno deste Tribunal de Justiça foi proposto com o objetivo de avaliar a adequação da fiscalização, objetivando assegurar a correta execução dos contratos de obras e serviços de engenharia firmados por este Tribunal, cujo escopo das análises será as questões de fiscalização de suas obras.

4. Áreas de atuação da Fiscalização